

UNIVERSIDADE PÚBLICA BR UMA ALTERNATIVA DE SOBREV

EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA*

"As descobertas feitas nas universidades são comumente concebidas como tendo sido originadas na finalidade de podermos curar doenças, melhorar a educação, manter o pleno emprego e construir melhores ratoeiras".

Esta observação de Kenneth Minogue, manifestada em seu livro: O Conceito de Universidade, traduz sarcasticamente o equivocado senso comum sobre o papel das instituições universitárias enquanto geradoras de ciência e tecnologia. Até por uma questão filosófica, a concepção do conhecimento na universidade, ao contrário do exercido nos laboratórios industriais, sempre extrapolou a preocupação com produção voltada simplesmente à solução de problemas técnico-emergenciais ou disputa por nichos de mercado. Consequentemente, na Academia o "fazer pensar" se sobrepôs ao "pensar fazer" e durante séculos esta linha de raciocínio não foi contestada, gerando a crítica (discutível) que atualmente se ouve de que nessas instituições "muito se pensa e quase nada se faz de concreto".

Hoje, as preocupações com a aplicabilidade dos conhecimentos gerados na universidade estão se difundindo rapidamente e colocando na berlinda a eficácia de sua missão institucional enquanto promotora de desenvolvimento sustentável. Por sua vez, o dinamismo econômico, acirrado pelo fenômeno da globalização, vai minando gradativamente os gastos públicos em educação formal, que por sua especificidade, é um investimento de longo prazo de maturação, levando o Estado a priorizar projetos imediatistas. Importar - inclusive ciência e tecnologia - ficou mais "fácil" que produzi-las. Nesse contexto, torna-se cada vez mais difícil viabilizar a produção científica das universidades pois, em virtude da rigidez metodológica de suas pesquisas, sempre estiveram mais preocupadas com a profundidade e consistência de seus estudos que com prazos ou retorno financeiro.

A crise financeira que se abateu sobre as nossas universidades e institutos oficiais de pesquisas manifestou-se como maior intensidade a partir do acirramento da disputa internacional pela competitividade, em meados da década de 80. Os investimentos oficiais em ciência e tecnologia foram reduzidos de 0,7% do PIB em 1982 para 0,4% em 94 e para 0,3% em 95.

O desdobraimento desse processo de desmonte da universidade pública, promovido atualmente pelo governo federal, deverá desencadear uma seleção darwiniana entre as instituições onde as que não se reestruturarem e se modernizarem ficarão à deriva. Essa modernização envolverá, necessariamente, a profissionalização da

gestão acadêmica em todos os níveis, para que se torne possível a difusão de uma cultura organizacional sintonizada com as atuais tendências de internacionalização científica e tecnológica, e a conquista de fontes alternativas de recursos que possibilitem a redução da quase total dependência das instituições ao orçamento da União. Nesse novo cenário as resistências xenófobas não terão lugar e o compromisso com resultados deverá ser o novo balizador da produção acadêmica. Apesar da sinalização para o perigo - em virtude da diminuição dos repasses oficiais - em grande parte de nossa IFES não se tem verificado nenhuma movimentação efetiva no sentido da busca de maior autonomia financeira via prestação de serviços ou geração de tecnologia que correspondam às expectativas e anseios do setor empresarial.

Embora seja um procedimento comum em outros países, principalmente nos mais desenvolvidos, a integração universidade/empresa ainda não é uma prática corriqueira em nossa cultura acadêmica. Diversos fatores contribuem para gerar preconceitos e desconfiança mútua entre ambas. As diferenças entre os dois segmentos envolvem sérios conflitos de objetivos, constituindo-se em barreiras para a transferência dos recursos privados tão necessários à manutenção das instituições universitárias na atual conjuntura. Sobre o assunto, já se manifestava o professor e pesquisador do Instituto de Física da UNICAMP, José Ellis Ripper Filho, em artigo publicado na revista *Ciência Hoje*, editada pela SBPC em outubro de 1991:

"Do ponto de vista da empresa, a universidade é pouco eficiente: não atinge seus objetivos em prazos ideais e a custos razoáveis. Do ponto de vista da universidade, os projetos propostos pela empresa não são interessantes; não favorecem o trabalho de capacitação do aluno. Com raras exceções, quando a empresa contrata a universidade para fazer uma pesquisa, a vocação de uma delas, ou de ambas, está sendo violentada (...) Como qualquer relacionamento, a interação entre as duas instituições só é estável se representar benefícios para ambas em termos de seus objetivos básicos. Esses benefícios devem ser maiores que a energia requerida pela interação, ou seja, esta deve favorecer, de modo direto ou indireto, o trabalho da universidade (formar recursos humanos) e o da empresa (gerar lucros)".

Neste final de século, e de milênio, o grande desafio a ser enfrentado pela universidade será conseguir manter a harmonia entre os objetivos científicos da instituição e os interesses mercadológicos da clientela. O cliente externo (empresas públicas e privadas)

espera receber profissionais competentes e identificados com os novos paradigmas das concepções plurais do conhecimento. Espera, ainda, ferramentas científicas e tecnológicas de vanguarda que as torne modernas e competitivas. O cliente interno (aluno), por sua vez, almeja receber uma formação crítico-constructiva no âmbito de sua especialização, aliada a uma visão sistêmica do contexto de um ambiente profissional em acelerada mutação. Neste sentido, assim se manifestou a professora e pesquisadora do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, Lia Hasenclever, em artigo intitulado *"Como formar economistas para a globalização"* publicado pela *Revista Rumos* em Novembro de 1996. *"Hoje, usando um termo de Peter Drucker, um bom profissional é um trabalhador do conhecimento aplica conhecimentos teóricos ou analíticos especializados, tem flexibilidade e capacidade para obter informações e atuar com base nelas. A velocidade das inovações, no âmbito da gestão pública e privada, exige profissionais atentos e capazes de ler, interpretar e incorporar novas idéias a cada dia. As inovações introduzidas no setor produtivo, na década de 70, duravam, em média, dois anos. Na década de 90 duram sets meses".*

A universidade, apesar de suas peculiaridades e especificidades, é (também) uma organização e como tal deve buscar a competitividade sob pena de inviabilizar-se. Deve, então, adotar essa postura com mais firmeza e determinação para não correr o risco de sucumbir ante a concorrência de outras organizações, não tão pretensiosas, que se proponham a ocupar o seu espaço "produzindo" mão-de-obra e tecnologia puramente operacionais. Nesse momento em que as organizações passam por grandes transformações a eficácia da gestão universitária está condicionada à capacidade de adequar os atributos gerenciais exigidos na área empresarial (competitividade e compromisso com resultados) aos objetivos mais elevados da academia (produzir e difundir conhecimento) tarefa que, convenhamos, não é nada fácil. A idéia romântica da instituição imutável e inabalável não tem mais como sobreviver ao realismo do mundo moderno. Contudo, a universidade pública brasileira resiste a modernizar-se, pressionada pelo "dogmatismo telúrico" da independência científica frente aos objetivos mercadológicos que soam como ameaças ao purismo da academia.

Esta situação está bem espelhada no já citado artigo da professora Lia Hasenclever quando, reportando-se especificamente aos cursos de economia, observou: *"A UNICAMP, por exemplo, se orgulha de formar uma elite pública de profissionais que ocupam cargos na*

BRASILEIRA: SUFICIÊNCIA

área econômica ou se integram ao sistema de ensino e pesquisa universitária, deixando claro que não está interessada em formar assessores de banqueiros ou gerentes de empresas. Entretanto, se todos os cursos fizerem a mesma opção, os economistas estarão deixando de estar preparados para ocupar um espaço profissional na área da gestão privada - um espaço tão importante quanto o primeiro em prol do melhor funcionamento e planejamento das instituições econômicas de nosso país, no contexto de intensas transformações.

Neste momento, antecipar-se ao caos que se vislumbra - decorrente do anacronismo administrativo, do equívoco de objetivos e do acelerado processo de sucateamento a que está sendo submetida - é uma questão de sobrevivência que a universidade pública precisa urgentemente encarar. No mistério, uma lição importante que as universidades públicas deveriam assimilar das empresas privadas seria a agilidade nos processos decisórios e de mudanças. A cultura da acomodação e do adiamento que reina nas instituições oficiais acarreta prejuízos incalculáveis aos cofres públicos, além do ônus social que atinge a população como um todo. Isso se deve principalmente à excessiva burocratização de processos e rotinas, justificada pela "necessidade" de preservar a integridade das ações administrativas. Trata-se de uma situação atípica de saneamento em que a prevenção se torna mais onerosa que a cura da doença. Por outro lado, o tempo perdido e as oportunidades desperdiçadas são irrecuperáveis. Como dizia Heraclito: "Ninguém toma banho duas vezes no mesmo rio".

Apesar do perigo potencial de se estar embarcando em aventuras experimentais, a modernização administrativa das organizações universitárias, mais do que uma necessidade, é uma imposição conjuntural. A universidade pública brasileira, vitimada pela sua complexão paquidérmica e gestão desprofissionalizada, foi ao longo do tempo minada pelo avanço da obsolescência em seus recursos estruturais, incluindo-se aí o sistema administrativo. Ressalte-se, contudo, que da mesma forma que a adoção equivocada de uma opção teórico-metodológica de vanguarda pode destruir toda uma organização, persistir na acomodação e na mesmice também, pode inviabilizá-la definitivamente. Assim sendo, somente a gestão especializada poderá conduzir a organização universitária a um futuro não aventureiro, respeitando suas peculiaridades e especificidades ●

EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA é professor e Chefe do Departamento de Economia da UFPI.

UNIVERSIDADE-EMPRESA: UMA BOA PARCERIA

TIAGO CARDOSO ROSA*

A relevância que vem assumindo as relações universidade-empresa, como política de desenvolvimento econômico-industrial em muitos países, tem despertado os órgãos governamentais de política científica, as organizações empresariais e administradores universitários para o estabelecimento e intensificação de tais consórcios como estratégia de importância maior, quer quanto a melhoria da competitividade dos setores produtivos nacionais em mercados altamente dinâmicos e ainda, também, assegurar novas formas de captar recursos essenciais ao financiamento da pesquisa universitária.

A articulação entre universidade e o mundo produtivo brasileiro é de certa forma ainda modesta, devido à posição que o país tem no conceito da divisão internacional do trabalho. Esta posição teve como responsabilidade o modelo de política econômica adotado no após segunda guerra mundial que se caracterizava, principalmente, pela importação de tecnologia, quando se devia fortalecer uma política científica e tecnológica orientada para a autonomia do país. Desta forma, quando se definia uma política para o ensino superior dando ênfase à pesquisa científica e tecnológica e ainda um extenso programa de formação de cientistas objetivando a efetivação de um projeto científico nacional, a política econômica-industrial se desenvolvia através de contratos para a assistência técnica e uso de patentes pelas empresas brasileiras, bem como de incentivos à instalações de empresas estrangeiras.

Como estes dois comportamentos necessitavam de capacitação científica interna e, na universidade estaria a solução, a realidade produtiva e o mundo acadêmico, apesar da desconfiança de ambos os lados no que se refere aos seus objetivos, as características da economia atual está exigindo que empresários e o meio universitário, num esforço conjunto, estabeleçam e intensifiquem estas relações como forma de garantirem ao país uma posição mundial. Esta posição só será conseguida pelo desenvolvimento da pesquisa básica que é responsável pelas inovações tecnológicas fundamentais ao setor produtivo na geração de produtos e serviços nas preferências das demandas sociais.

Mudanças que estão correndo na economia globalizada têm mostrado que o modelo de importação de tecnologia, cada vez mais vem demonstrando menos eficácia, diante de um acelerado processo de inovações tecnológicas que tem como base a pesquisa básica. O país que não tem o domínio desse tipo de pesquisa (básica) terá muita dificuldade em gerar uma produção gerenciada nas

características dessa realidade pós-moderna.

Neste construto, diversas políticas de modernização industrial estão sendo abordadas. Uma dessas políticas que está se destacando e considerada de posição estratégica é a de maior aproximação das empresas com as universidades, na expectativa de imitar o sucesso que estas relações costumam ter nos países desenvolvidos.

Resultados positivos, embora pontuais, desse tipo de consórcio têm levado reitores e empresários a defender a necessidade de programas nacionais de incentivo à aproximação entre estes dois mundos: Universidade e Empresa, esta consolidação se efetivará com a criação de projetos que incentivem estas relações e as universidades instituem organismos internos com o objetivo de promovê-las e administrá-las, como vem acontecendo nos países centrais, especialmente nos Estados Unidos.

O estabelecimento destas relações não se dá sem contudo modificar algumas atitudes, quer do lado da pesquisa acadêmica e ainda das funções organizacionais tradicionais da universidade. A aproximação entre estes dois mundos tem resultado em modificações importantes nas atividades de ensino e da pesquisa universitária. Com relação a esses consórcios surgem duas vertentes: uma defende que esta articulação é de importância capital para a universidade na busca de sua liberdade financeira - esta observa o lado prático da questão. A outra vertente, vocacionada por alguns, vê estes consórcios como ameaças à tradição secular da universidade enquanto instituição preservadora do ideal da ciência como um bem coletivo. Esta não admite que a pesquisa acadêmica tenha influência externa e sim seja emanada do próprio comportamento especulativo do pesquisador. As características da economia mundial nessa realidade pós-industrial não admite esse tipo de atuação do meio universitário, com relação a uma universidade fechada sem prestar contas de suas ações a comunidade que a financia e nem tão pouco ajudar o país num processo de desenvolvimento econômico-industrial, participando na construção de uma pesquisa voltada para a utilização e modernização dos setores produtivos nacionais ●

TIAGO CARDOSO ROSA é professor de Economia da UFPI e Mestre em Gestão Universitária.